



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.3, N.1, 2020

“EU ACHAVA QUE O CORETO ESTAVA LONGE DO PALÁCIO”: SUBSÍDIOS PARA UMA HISTÓRIA ORAL DA PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA/GO

**“I THOUGHT THE BANDSTAND WAS AWAY FROM THE PALACE”:
SUBSIDIES FOR AN ORAL HISTORY OF CIVIC SQUARE OF GOIÂNIA/GO**

Clarissa Adjuto Ulhoa¹ | Cristiane Loriza Dantas² | Fernanda Fonseca Cruvinel de Oliveira³

RESUMO

O presente texto tem o intuito empreender uma discussão preliminar a respeito das diferentes formas de apropriação dos espaços da Praça Cívica de Goiânia por parte dos moradores da capital no decorrer do tempo. Para tanto, as narrativas dos interlocutores são tomadas como documentos históricos, a partir dos quais se torna possível perceber subsídios que retratam as experiências pessoais e as relações coletivas construídas junto aos espaços públicos urbanos.

PALAVRAS-CHAVE

Praça Cívica. Oralidades. Apropriação.

ABSTRACT

The present text has as objective to make a preliminary discussion about the different forms of appropriation of the spaces from the Civic Square of Goiânia by the residents of the capital in the course of time. For this, the narratives of the interlocutors are taken as historical documents, from which it becomes possible to realize subsidies that reflect the personal experiences and the collective relations built next to the urban public spaces.

KEYWORDS

Civic Square. Oralities. Appropriation

INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos de 2015 e 2016, foram executadas na Praça Cívica de Goiânia/Go obras destinadas à sua requalificação, procedimento coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas. Por meio desse programa, o Governo Federal investiu 12,5 milhões de reais nas obras executadas pela Prefeitura de Goiânia, tendo como intuito resgatar sua histórica arquitetura, bem como reparar seus monumentos. Nesse processo, os elementos originais em art déco dos edifícios foram resgatados, assim como foram recuperados o Monumento às Três Raças, o Pórtico e o Obelisco. O piso asfáltico foi trocado por pedras portuguesas, além da substituição de dois quiosques por estruturas metálicas e a construção de sanitários acessíveis. Com o objetivo de retomar o uso da

praça enquanto espaço de convivência social, o estacionamento que antes funcionava em seu centro foi retirado, ao que se somou o acréscimo de rotas que passam por toda a área da praça e uma faixa destinada aos ciclistas.

Existem pelo menos dois documentos fundamentais que regulamentam os procedimentos de restauração: a Carta de Veneza, publicada em 1964, e a Carta de Restauo, datada de 1972. Em ambos os documentos, é demonstrada a necessidade de inclusão dos arqueólogos entre os profissionais da equipe de restauro, para que, dessa maneira, ocorra a preservação adequada dos bens. Em sintonia com a mencionada Carta de Restauo, o IPHAN publicou a circular de nº 117, que prevê a necessidade de se efetuar um cuidadoso reconhecimento do terreno da obra, de modo que o conhecimento mais completo possível da natureza arqueológica do local permita diretrizes mais precisas para a aplicação das normas de salvaguarda do patrimônio material. Essa circular possui um anexo dedicado a tratar da salvaguarda do patrimônio arqueológico em obras de restauro, o qual demonstra ser necessário atender às exigências particulares relativas à salvaguarda do subsolo arqueológico, além de apontar procedimentos destinados à conservação e à restauração dos achados durante as escavações.

Em decorrência das exigências legais supracitadas, toda a área diretamente impactada pelas obras de requalificação da praça foi devidamente estudada por uma equipe composta por arqueólogos e historiadores. Os resultados da pesquisa foram disponibilizados ao IPHAN por meio do Relatório do Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Obra de Requalificação da Praça Cívica de Goiânia/Go, no qual foi anexado o Relatório de Levantamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Praça Cívica de Goiânia/Go. Portanto, o presente artigo consiste em um desdobramento desse segundo relatório, e tem como meta principal propalar os dados reunidos no decorrer da pesquisa histórica ocorrida em 2015, os quais, até o presente momento, foram acessados apenas pelo IPHAN.

Em termos metodológicos, a pesquisa histórica se pautou nos procedimentos da chamada História Oral, entendida como o caminho ideal quanto se quer aproximar ao máximo dos redutos da experiência dos sujeitos, pois consiste em “uma ciência e arte do indivíduo” (PORTELLI, 1997, p. 15). A História Oral pode ser compreendida como um método de pesquisa que busca realizar entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam determinado acontecimento, tendo como intuito se aproximar daquilo que se quer conhecer (ALBERTI, 2005). Desse modo, as entrevistas passam a possuir o estatuto de documento. Longe de ser compreendida como um demonstrativo de como dado evento de fato ocorreu, a fonte oral demonstra as formas como um dado evento “foi e é apreendido e interpretado” (ALBERTI, 2005, p. 19), além de outras tantas mais potencialidades:

Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como

o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2005, p. 19).

Portanto, por meio de entrevistas baseadas em um questionário semiestruturado e captadas com o uso de um aparelho de áudio, buscou-se conhecer não uma suposta “verdade” sobre a história da Praça Cívica de Goiânia, mas conhecer as narrativas, as memórias e as interpretações a respeito da praça da infância e da adolescência dos interlocutores, moradores da cidade que, no ano de 2015, possuíam entre 40 e 86 anos de idade¹. Sendo assim, os questionamentos que foram lançados durante as entrevistas buscaram compreender as impressões que esses indivíduos tinham e têm em relação à praça, os motivos que os levavam e os levam a ir até esse ponto da cidade, as atividades que desempenhavam e desempenham por ali, bem como as mudanças que puderam perceber no âmbito da praça com o passar do tempo. Dessa maneira, entende-se que será possível perceber perspectivas distintas daquelas demonstradas por outros tipos de fontes, tais como os documentos escritos e os documentos iconográficos, bem como diferentes daquelas presentes nas pesquisas acadêmicas sobre a Praça Cívica.

Estudiosos que se dedicam a pesquisar a história de Goiânia demonstram que a Praça Cívica foi construída na década de 1930 para funcionar como o centro administrativo do estado. O seu conjunto de prédios institucionais foi tombado por lei estadual, segundo Despacho nº 1096/82, de 18 de outubro de 1982. Nessa oportunidade, foi determinado o tombamento de 29 bens imóveis, dentre eles a Praça Cívica e todo o seu conjunto arquitetônico, a saber: Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), Fórum, Tribunal de Justiça, Delegacia Fiscal, Delegacia do Trabalho, Tribunal de Contas, Tribunal Eleitoral, coreto, obeliscos, fontes luminosas, Museu Zoroastro Artiaga (FERNANDES, 2011). Em 18 de novembro de 2003, a partir da portaria de nº 507, um total de 22 prédios e monumentos públicos, o centro original da cidade e o núcleo pioneiro do bairro de Campinas foram tombados pelo IPHAN. Por meio desta portaria, foram tombados como acervos do patrimônio arquitetônico e urbanístico todos os exemplares da Praça Cívica construídos com o estilo denominado art déco (FERNANDES, 2011).

Goiânia é a atual capital do Estado de Goiás, cidade que possui 1,3 milhão de habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2011. Foi construída na década de 1930 para substituir a primeira capital do estado, a Cidade de Goiás, esta que passou a ser entendida como um local atrasado, a ser superado (CHAUL, 2001). Isso se deveu ao discurso daqueles que se opunham à oligarquia dos caiados, família que por muito tempo dominou a

¹ Participaram da pesquisa os senhores e as senhoras: Antônio César, 66 anos; Antônio Fernando, 86 anos; Augusta, 79 anos; Delci, 63 anos; Dirce, 75 anos; Eleuza, 59 anos; Eunice, 57 anos; Ilvia, 40 anos; Kaline, 59 anos; Kátia, 61 anos; Osvaldo, 55 anos; Sebastião, 85 anos. Embora constem na documentação encaminhada ao IPHAN, optou-se por suprimir os sobrenomes dos participantes na ocasião desta publicação.

política estadual e emanava sua influência a partir da Cidade de Goiás (CHAUL, 2001). Dada a chamada Revolução de 1930, as oligarquias foram sendo aos poucos derrotadas em todo o país, inclusive em Goiás, onde esse processo recebeu a liderança de Pedro Ludovico Teixeira. Estabelecido como interventor do estado, iniciou os estudos para a construção da nova capital, oportunidade em que, acompanhado por uma comitiva, escolheu as cercanias do então município de Campinha das Flores (atual bairro de Campinas) (CHAUL, 2001). Idealizava-se uma cidade moderna, alinhada aos principais centros urbanos do mundo, com avenidas e ruas largas. Buscava-se anular os estigmas de “atraso” e “isolamento”.

A marca, ou estigma, do Estado de Goiás era de lugar isolado, onde os benefícios da modernidade não podiam penetrar; local atrasado, que está ‘atrás’ dos outros, portanto em grande desvantagem. Um lugar no fim do mundo. A nova capital do estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideais de novos tempos de desenvolvimento e progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa na história: isso significava que a sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de ressignificação (MELLO, 2006, p. 31).

Conta-se que em uma de suas idas ao local em que seria construída a nova capital do estado, Atílio Corrêa Lima, arquiteto e urbanista contratado para a empreitada, teria marcado com uma ossada de ema o ponto em que planejava colocar o centro administrativo da cidade (MELLO, 2006). Deste modo, em um ato de interessante improviso, anunciava-se o ponto em que funcionaria a Praça Cívica, pensada para ser a sede dos poderes político e administrativo estaduais. Do improviso ao planejamento, Atílio, convocado a construir uma cidade moderna, com os olhos para o futuro, se inspirou em centros urbanos situados na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que abarcou referências barrocas ao seu desenho, estas que revelam um paradoxal compromisso com o passado (MELLO, 2006). Desta dicotomia nasceu o plano urbanístico de Goiânia, que se pautou em pelo menos uma escolha metodológica fundamental, o chamado “pate d’oie” ou “pé de pato”, que dispõe a Praça Cívica como o centro irradiador de três das principais avenidas da cidade, a saber: Araguaia, Goiás e Tocantins. Em relatório de 1933, Atílio explica as suas escolhas:

Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade, que é seu centro administrativo. A situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos os pontos da cidade e principalmente para quem nela chega. Quem atravessar a cidade ao longo de sua principal via comercial (avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para aquele centro. Procuramos adotar o partido clássico de Versailles, Carlsruhe e Washington, genericamente chamado pate d’oie pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande estado (evidentemente que guardando as devidas proporções) (LIMA, 1937, p. 141).

Para os prédios que comporiam esta praça, o arquiteto-urbanista escolheu o estilo art déco, uma manifestação advinda do pós Primeira Guerra Mundial e nascida das artes decorativas, que se mostrava eclética em suas fontes de inspiração: arquitetura suméria, babilônia, maia, asteca,

bizantina. O art déco herdou do cubismo, do construtivismo e do futurismo europeus sua preferência pelas formas geométricas, tendo conhecido uma imensa assimilação em todo o mundo (MELLO, 2006). Nos anos de 1930 e 1940, o art déco era conhecido como um estilo presente em quase todo o território brasileiro, época em que os prédios em art déco começaram a ser construídos em Goiânia. Na nova capital, os primeiros exemplares foram o Grande Hotel, o Palácio das Esmeraldas e a Secretaria Geral, o primeiro situado na Avenida Goiás e os dois últimos na Praça Cívica (MELLO, 2006). Desta maneira, por se tratar de um estilo mundialmente apreciado, a escolha do art déco atuou como mais uma estratégia no sentido de aproximar a nova capital goiana às cidades então consideradas as mais modernas do mundo.

No intuito de romper com os estigmas de isolamento e de atraso que recaíam sobre o estado, a nova capital seria cuidadosamente planejada, justamente para que pudesse ser controlada, para que não se desviasse do caminho rumo à pretensa modernidade. E ser moderno era o mesmo que se comprometer com o desenvolvimento, com o progresso e com a racionalidade. No entanto, esse controle de pronto revelou-se impossível, pois as cidades são dinâmicas por excelência, assim como as representações que os indivíduos constroem a respeito das mesmas. Isso também se aplica à Praça Cívica em si, pensada para ser uma praça na qual se situa os principais símbolos do poder do estado, para ser aquele ponto de onde partem as mais importantes avenidas, para ser um local destinado aos eventos cívicos da cidade. Mas, desenrolado diante de outros olhos, o plano urbanístico e a sua praça central acabaram sendo reinventados, perpassados, por exemplo, pelas crenças religiosas de parte de seus moradores.

Sendo assim, do desenho urbanístico em “pé de pato”, outras possibilidades interpretativas se estabeleceram. Em um dos casos, a Praça Cívica foi entendida como a cabeça de uma santa, mais precisamente de Nossa Senhora da Aparecida, enquanto as três avenidas principais delinearíamos o seu manto sagrado. Diante disso, muitos moradores passaram a defender a ideia de que Atílio teria se inspirado neste símbolo católico quando projetou o plano urbanístico da nova capital (MELLO, 2006). Para outros, a Praça Cívica, juntamente com as avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins, interceptadas pela Avenida Paranaíba, formaria a figura de um compasso sobreposto a um esquadro, um dos principais símbolos da Maçonaria. Para reforçar esta ideia, retomam o fato de que o interventor Pedro Ludovico Teixeira era maçom, realidade que teria influenciado a escolha de Atílio (VITOR, 2015). Entretanto, o que interessa não é se o arquiteto e urbanista pensou ou não nestas possibilidades ao desenhar o plano urbanístico de Goiânia, o que importa é perceber como esse mesmo plano urbanístico esteve presente no imaginário dos moradores da cidade, o que demonstra uma forma de apropriação simbólica dos espaços da cidade, para além do uso cotidiano em si.

DESENVOLVIMENTO

Praça de barraquinhas e palanques, missas e pretos velhos

De diversas formas e para distintas finalidades a Praça Cívica tem sido apropriada pelos moradores da cidade no decorrer de sua história, o que torna ainda mais amplo o leque de representações e de ações ali desempenhadas. Um dos modos de apropriação da praça bastante presente na memória das pessoas se deu por iniciativa dos feirantes da chamada Feira Hippie, que atualmente funciona próximo à antiga estação ferroviária, mas que um dia ocupou toda a área defronte o Palácio das Esmeraldas. Esta feira foi iniciada na década de 1970 devido ao protagonismo de artesãos que expunham seus trabalhos aos domingos na área do Parque Mutirama. Entretanto, com o processo de implementação deste parque, acabaram impedidos de ali continuarem, sendo então transferidos para a Praça Universitária, novo ponto que não agradou aos artesãos (CARVALHO, 2007). Por esse motivo, decidiram se instalar na Praça Cívica, com o intuito de chamarem a atenção das autoridades, local em que acabaram permanecendo até o fim dos anos 1970, quando a feira já contava com número maior de barracas e ocupava a Avenida Goiás (CARVALHO, 2007). Sobre a Feira Hippie, Delci conta:

A Feira Hippie era lá na praça, ai depois mudou pra Avenida Goiás, descia só um pouquinho. Aí depois tiraram de lá e levaram pra rodoviária, onde que é hoje. Todo domingo, até hoje eu sou assim, todo domingo eu tenho que ir na Feira Hippie. Sou freguesa da Feira Hippie, eu amo a Feira Hippie. Eu gostava de ir, ainda mais porque era perto, né, porque eu morava na 91 e a Feira Hippie era ali na Goiás. Num instantinho subia a 10 e já entrava na Praça Cívica e já via a feira, quando era na praça. Era bem menor, muito menor, porque não tinha espaço não. Era mais coisa de artesanato mesmo, os outros faziam mesmo.

Conforme demonstra o relato de Delci, a Feira Hippie passou por mudanças no decorrer do tempo. Em um primeiro momento, consistia em uma feira de produtos artesanais somente e, mais tarde, passou a abarcar também produtos feitos em série. É o que observa Osvaldo ao explicar que “eu sou da época que a Feira Hippie era interna, na Praça Cívica, na rua interna da Praça Cívica e naquela parte de baixo, perto do coreto. E a Feira Hippie era feira hippie, era feira de artesanato, você curtia bastante. Não tinha essas porcarias de camelódromo, esses trem”. Kátia também se lembra bem dos tempos em que a Feira Hippie funcionava na Praça Cívica: “eu ia pra Feira Hippie sozinha, com treze para quatorze anos. Ela começava lá em cima, em frente o palácio quase, e ia embora”. Mas o que mais chamava a atenção de Kátia não era a feira em si, mas um sujeito que a frequentava todos os domingos e que ela ainda hoje considera uma figura muito curiosa. Ele recebeu o apelido de Maurício Hippie e era bastante conhecido na cidade por suas performances, por sua criatividade e por ser interpretado como uma pessoa diferente dos padrões. Kátia relembra:

Naquela época tinha o Maurício, que era um hippie. Ele era uma atração, eu adorava ir pra ver, porque ele era, assim, criativo. Ele gostava de aparecer! Ele tinha uma bicicleta e cada domingo que ele ia a bicicleta dele estava de um jeito e de uma cor. Ele inventava mil coisas, unhas, cabelos... Cabelo cor de rosa, hoje é comum, mas naquela época não era. Ele chamava a atenção da feira inteira. Ai teve uma vez que eu fui na feira e de repente começou todo mundo correndo, correndo pra ver. Era ele. Sabe que que ele fez? Ele pegou um carrinho, sabe carrinho de pedreiro? Ele pegou um carrinho daquele, decorou, eu acho que ele devia ter o dom da pintura, não sei. Decorou tudo, fez muita coisa, e pôs um pintinho, pintou o pintinho e pôs dentro, passeando pela feira. Pintinho de verdade! Ele foi a atração da feira, todo mundo queria ver o Maurício. A gente chamava ele de Maurício Hippie. Todo domingo ele ia com uma novidade.

Por atuarem ali os poderes públicos, a Praça Cívica sempre atraiu manifestantes preocupados com as mais diversas reivindicações políticas, conforme demonstra a iniciativa dos artesãos da Feira Hippie. Sebastião conta do tempo em que trabalhava numa banca de jornal no centro da cidade, momento em que entrou em contato com os ideais comunistas e passou a participar de uma série de atos contra o governo estadual. Em uma destas oportunidades, os prédios da Praça Cívica acabaram sendo o alvo de seu brado: *“eu mexia com política, era do partido comunista, nós íamos pichar lá e correr da polícia, pra contestar o governo, né. O governo estava ali, automaticamente você teria que ir ali”*. Nesta fala, Sebastião não apenas conta sobre o seu ato político, como também reforça a ideia de que a praça representa o poder público, o que determinou sua escolha de manifestante. Ele recorda, ainda, da vez em que acabou sendo preso pela polícia da cidade: *“em 1952 eu fui preso mexendo com isso, eu estava fazendo uma passeata contra o preço da carne”*. Sebastião foi mantido por três noites na cadeia e, após passar por essa experiência, decidiu parar de participar dos atos.

Eventos que marcaram mais profundamente a história política do país também tomaram a Praça Cívica como palco principal de seus acontecimentos. Um deles se transcorreu durante a Ditadura Militar Brasileira, mais precisamente em seu primeiro ano, 1964. Nesta data, o governador do estado em exercício, Mauro Borges, recebeu do poder central a incumbência de abandonar o seu posto, sendo acusado de possuir tendências comunistas e subversivas, pois o seu governo era composto por pessoas da esquerda política da época (VICENTE, 2011). Depois de muita pressão, inclusive com rasantes ensurdecadores de caças MK-7 e MK-8 sobre o palácio, Mauro Borges foi deposto pelo governo militar em novembro, mas não sem a manifestação daqueles que eram contra sua saída do poder: milhares de pessoas se dirigiram à Praça Cívica para protestar (VICENTE, 2011). O coronel Paulo Rubens Pereira Diniz, um dos encarregados de pressionar a renúncia de Mauro Borges, explicou à Comissão da Verdade² que recebeu ordens para atirar contra a população na praça

² A Comissão Nacional da Verdade é o nome da comissão responsável por investigar as violações dos direitos humanos cometidos durante as ditaduras no Brasil.

se ele não renunciasse. No site do Jornal O Popular pode-se ler o depoimento assustado de uma cidadã, a Maria José:

Imaginar nossa modesta Praça Cívica, com seu palácio um tanto soturno, sombrio e atarracado, que de esmeralda não tem sequer o tom de verde, mas que de alguma forma representa, acredito, um componente da formação goiana, um povo de fronteira que, por um longo tempo, em vez de criar grandes monumentos, preferiu abrir estradas, conquistar novas terras, expandir os horizontes do coração do país, e com esse espírito construiu nossa praça acanhada ou até feia (nisso não sei se concordarão comigo), mas nossa, e parte da nossa história e nossa vida, e onde, quando moradora de Goiânia, passei inúmeras vezes para passear, ou ir ao Correio, ou subir no coreto, ou visitar o Museu do Instituto Histórico e mesmo o Tribunal de Contas onde minha madrinha trabalhava, e muito mais poderia dizer dela mas nada disso importa, na verdade, porque o calafrio que me percorre, ao pensar nesse impensável dia não muito distante em que nossa pequena praça esteve ameaçada de ser palco de uma tragédia de tão grandes proporções, é algo absurdo demais e coletivo, uma ameaça que vivemos todos os que já estávamos vivos em 1964, e jamais soubemos (SILVEIRA, 2014).

Em um cenário completamente diverso, mas ainda assim em tempos ditatoriais, cerca de 300 mil pessoas se reuniram na Praça Cívica com o intuito de participar de um dos maiores comícios realizado fora do eixo Rio de Janeiro / São Paulo pelas Diretas Já, o que ocorreu em 1984 (MENDONÇA, 2007). Este movimento aconteceu em diversas cidades do país. Tinha como meta o fim das eleições indiretas para presidente e, conseqüentemente, o fim da Ditadura Militar no Brasil. Durante o comício, além do discurso de representantes políticos e do espetáculo de inúmeras bandeiras, os participantes assistiram a apresentação da cantora Fafá de Belém, que cantou a música “Menestrel de Alagoas” (MENDONÇA, 2007). Entre os políticos estavam Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva e Tancredo Neves. Isso contribuiu para que a Praça Cívica aparecesse estampada em meios de comunicação de ampla circulação, como a Revista Veja, que noticiou: “na praça, estandartes de partidos clandestinos misturavam-se a bandeiras do Brasil. E o comício, transcorrido em permanente clima de festa, foi encerrado com o Hino Nacional entoado em coro” (MENDONÇA, 2007, p. 15).

Muito embora tenha atuado como um ponto de referência para reivindicações políticas, em inúmeros momentos a Praça Cívica assistiu as pessoas a procurarem por motivos também religiosos, mesmo que ali nunca tenha existido qualquer templo ou símbolo sacro, tamanha sua importância simbólica, sobretudo nas primeiras décadas de existência da cidade. Dentre estes eventos se encontram aqueles promovidos pela Igreja Católica, instituição que possuía e ainda possui bastante peso político e considerável número de fiéis em Goiânia. Para marcar a inauguração da cidade recém erigida, um evento chamado Missa Campal aconteceu na Praça Cívica em 1942, reunindo pessoas comuns e autoridades. Esta missa foi proferida pelo então arcebispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira (ARAÚJO JUNIOR, 2009). Em homenagem a este mesmo arcebispo, seis anos após a Missa Campal, foi realizado na praça o Primeiro Congresso Eucarístico de Goiânia. Foi construído para esta

ocasião um altar monumento no centro, inspirado no projeto de Mário Pentead, a Cruz do Anhanguera, publicado na Revista Ilustração Brasileira em 1935 (GODOY, 2013).

Referências religiosas afro-brasileiras também marcam sua presença. Existe um registro que aponta para uma cerimônia umbandista dedicada aos pretos velhos no âmbito da Praça Cívica em maio de 1975, por exemplo (ULHOA, 2011). Trata-se de uma foto em que duas pessoas aparecem em primeiro plano, ambas com contas de colares, roupas brancas e aparentemente em transe, mas apenas uma delas com o cachimbo característico desta entidade na boca. No chão, sobre o gramado, podem ser observadas velas acesas. Em segundo plano se encontram outras pessoas, muito embora apenas o rosto de uma apareça mais nitidamente, pessoa esta que parece estar entoando algum canto (ULHOA, 2011). É provável que este momento ritual estivesse relacionado à Procissão dos Pretos Velhos, evento anual liderado pela então Federação de Umbanda do Estado de Goiás (atualmente a federação também é de candomblé) e que tinha a Praça Cívica como destino. Estas procissões ocorreram entre 1972 e 1991, sempre nos meses de maio, em comemoração ao fim da escravatura no país, mas depois pararam de acontecer (ULHOA, 2011). Luis, ex-presidente desta federação, explica o motivo:

Nós criamos, através desta expressão, a chamada Procissão dos Pretos-Velhos. Naquela época nós tínhamos uma manifestação com mais de duas, três mil pessoas, simpatizantes e praticantes, né, tanto umbanda, candomblé, todos. Nós pesquisávamos e fazíamos o 13 de maio aqui na Avenida Goiás. Então, o que ocorre? Que, com o decorrer do tempo, com as dificuldades, né, a Federação não pôde mais promover, porque nós não tínhamos recursos financeiros, proteção. Proteção policial, porque há um preconceito muito grande ainda, preconceito disfarçado (ULHOA, 2011, p. 124).

Diante destes exemplos, percebe-se que esta praça tem sido apropriada pelos moradores da cidade de diversas maneiras e com metas bastante distintas entre si. Fica perceptível que ali se desenvolveram uma série de disputas e embates, uns mais evidentes, outros menos. Tensões entre o povo e seus representantes, tensões entre o povo e um regime, estas estão claramente postas. Entretanto, é preciso também mencionar as disputas pelo uso do espaço público, as quais podem passar despercebidas, mas ainda assim falam muito sobre as relações sociais estabelecidas em torno da praça. É o que transparece no comentário do ex-presidente da federação umbandista ao explicar que careciam de proteção policial para realizarem suas procissões, pois o preconceito e a discriminação religiosa marcavam presença. Em outras palavras, o uso das ruas e das praças não era irrestrito para os cidadãos umbandistas. Por outro lado, em se tratando de eventos católicos, estes ocorriam legitimados pelo poder público e sem a necessidade de policiamento para ocorrer. Portanto, é importante pensar a praça como um território construído simbolicamente, nas e pelas relações de poder.

Praça do palácio e do coreto, de fontes e obeliscos

Era uma área livre e muito gostosa. Parecia, assim, que era longe. Na minha lembrança eu achava que o coreto estava longe do palácio. Mas não é, é tudo perto! Eu acho que é porque não tinha esse tanto de coisa.

Foi com estas palavras que Kátia descreveu o modo como percebia a espacialidade da Praça Cívica em seu passado e o modo como passou a perceber a espacialidade desta mesma praça em seu presente. De acordo com ela, a distância entre o Palácio das Esmeraldas e o coreto parecia ser notadamente longínqua, enquanto atualmente está distância se encurtou expressivamente. É claro que se pode supor que na infância aquilo que a todos circunda parece ter proporções maiores, o que também pode se aplicar às distâncias. No entanto, Kátia atribui outro motivo para suas distintas percepções espacial: “*eu acho que é porque não tinha esse tanto de coisa*”. Neste trecho ela se refere aos elementos que foram sendo aos poucos acrescentados à Praça Cívica, responsáveis, portanto, pela sensação de preenchimento expressa por Kátia. Esta percepção faz lembrar que, desde a década de 1930 até a atualidade, a praça tem recebido prédios, monumentos e espaços, em relação aos quais, com o passar do tempo, símbolos e sentidos têm sido construídos por indivíduos que, como Kátia, tiveram suas histórias e seus cotidianos perpassados por esta praça.

Existem aqueles elementos que de pronto povoam o relato das pessoas e aqueles que nem sequer aparecem em suas lembranças. Dentre aqueles mais mencionados se encontra o Palácio das Esmeraldas, construído entre os anos de 1933 e 1937 para atuar como sede do governo estadual, um dos ícones da nova capital que se queria para o estado. Para Sebastião, por exemplo, a Praça Cívica tem sua existência marcada pela presença deste palácio. Um não poderia ser sem o outro, portanto. Nas palavras de Sebastião, “*a Praça Cívica foi feita mesmo como uma referência do Palácio das Esmeraldas, ali foi um ponto de referência. ‘Onde fica a Praça Cívica? Fica em frente o Palácio das Esmeraldas, é ali’.* Então foi uma coisa que eles fizeram mais pra ficar perto do governo ali”. Em sua fala Sebastião demonstra perceber que na praça transparecia certa proximidade com aquilo que dizia respeito ao governo, devido à presença do palácio. É como se o poder do estado estivesse “logo ali”. Ele conta, ainda, que o palácio e a praça o encantaram quando se mudou da cidade de Rio Verde para a capital: “*era a coisa mais bem apessoada, mais bonita que tinha em Goiânia*”.

Para a maior parte dos moradores da cidade, o Palácio das Esmeraldas podia e ainda pode ser apenas observado. Poucos eram aqueles que tinham acesso ao interior do prédio, pois, ainda que o poder estadual parecesse próximo para pessoas como Sebastião, sabe-se que o acesso a espaços de poder era e ainda continua restrito. Saudoso dos tempos em que ainda trabalhava, Antônio, reconhecido por suas habilidades como ourives e joalheiro, recorda do convite que recebeu para ir até o Palácio das Esmeraldas, conversar com a então primeira dama do estado, Maria Valadão. Ela queria

debater sobre a possibilidade de Antônio assumir o curso de ourives no âmbito de uma escola que ofereceria diversas oportunidades para quem quisesse aprender um ofício. Também estava ali presente um jornalista do O Popular, que o entrevistou e registrou o momento. Ele rememora aquele momento de sua vida: *“Ela me chamou lá no Palácio das Esmeraldas porque eu era um ourives muito conhecido, então ela queria formar uma escola de menores, de aprendizes”*. Mas a escola nunca foi iniciada de fato: *“coisa de política, né, fica só na conversa, pra aparecer no jornal”*.

Enquanto o palácio era pouco acessível à maioria dos moradores, outros pontos da praça eram bastante e livremente frequentados. É o caso do coreto, construído entre os anos de 1940 e 1942, onde as pessoas se sentavam para bater um papo, onde as crianças brincavam de subir e correr. Para Kaline, o coreto atuava não apenas como um local de encontro, mas como uma espécie de centro cultural da cidade. Kaline rememora que em incontáveis oportunidades assistiu ali apresentações musicais, que, para ela, ocorriam neste local devido à sua proximidade em relação ao prédio em que funcionava o conservatório de música. Ela explica: *“o conservatório de música era ali, em frente ao coreto, então as pessoas iam no recital no conservatório e depois tocava lá. Era um ponto de cultura mesmo”*. Já nas lembranças de César prevalecem as apresentações da banda da Polícia Militar, sobre as quais ele fala com entusiasmo: *“no coreto, o que acontecia no coreto? Banda de música quase todo dia tocava lá, banda da Polícia Militar. Então as pessoas iam para as retretas, essas músicas que as bandas tocam, né, e o povo ficava ali, assistindo aquilo”*.

Estas apresentações musicais ocorridas no interior do coreto podiam também acontecer espontaneamente, sem ensaio e sem anúncio, e chamavam atenção por sua simplicidade. É Osvaldo que conta sobre isso, dando destaque para os equipamentos que eram usados nestas oportunidades, bem como atento ao desafio que era se apresentar em um espaço tão pequeno quanto o do coreto. Ele conta: *“naquele coretinho lá, é pequenininho, mas o pessoal tocava ali. Mas era assim, violão, entendeu? Não era montar um show que você tinha caixa amplificadora, nada. Era ali o show, pouquinho coisa. Os instrumentos são poucos, caixinhas de som pequeninhas”*. Para Osvaldo, inclusive, muitos músicos goianos que atualmente são reconhecidos por um público mais amplo iniciaram suas carreiras tocando no coreto e em outros pontos da praça, antes, até mesmo, de começarem a se apresentar em barzinhos a noite. Ele cita o caso do cantor Pádua, de quem ele afirma já ter assistido um show naquele espaço: *“Os artistas goianos, se você perguntar, eles tocaram lá na Praça Cívica. O Pádua sempre tocava nesses lugares assim”*.

Muito apreciadas não apenas pelos adultos, mas principalmente pelas crianças, as chamadas fontes luminosas, construídas em 1936, também eram atrações frequentes no cotidiano de quem ia à Praça Cívica. Kaline conta que estas fontes eram pontos de encontro para as pessoas da cidade e que eram muito bonitas. Em suas palavras, *“a Praça Cívica tinha as fontes luminosas, que era um point*.

Fonte mesmo, com água, tipo um chafariz. Era bonito, as luzes mudavam de cor embaixo da água". Para Kátia, as fontes luminosas eram uma das responsáveis por atrair as famílias até a praça e tem lembranças das mesmas desde sua infância até a pré-adolescência: *"eu ia pra lá quando fazia a quarta série, mas isso não foi só na nossa época de nove, dez anos não, foi até a gente maior"*. Já a Ilvia se recorda muito bem das brincadeiras nas cercanias das fontes: *"eu brinquei lá quando eu era criança, a gente ia pra praça, meu pai levava eu e minha irmã, a gente brincava ali perto das fontes; tinha pipoca, caldo de cana"*. Inclusive, existem registros fotográficos que demonstram que houve um tempo em que as fontes eram usadas para banho, sobretudo pelas crianças (FERNANDES, 2011).

Um trio de obeliscos também compunha o cenário da Praça Cívica, dos quais apenas dois restaram, um a oeste e outro a leste da praça, enquanto o terceiro, que se situava ao centro da mesma, foi substituído pelo Monumento das Três Raças em 1968. César se recorda dos obeliscos, que ele chama de dólmen: *"dólmen é o símbolo da eternidade, é aquele negócio quadrado, que vai afinando, afinando. É um obelisco"*. Inclusive, se manifesta contra a substituição do mesmo pelo monumento posterior, pois preferia ter preservado aquilo que advinha da fundação da cidade. Em relação ao Monumento das Três Raças, construído para representar negros, índios e brancos, acabou sendo genericamente chamado de *"os negões"*, devido à coloração escura do monumento. E este também acabou sendo alvo de brincadeiras infantis, assim como as escadarias em seu entorno, como rememora Ilvia: *"a gente tentava subir em uma daquelas estátuas lá, para escorregar. Pensa só?! Então eu acho que começava a desgastar, mas tinha época que a gente não ia e não podia. Então tinha brincadeira ali, e era alto pra eu subir, porque eu era bem pequena"*.

Construções que foram mais tarde acrescentadas à Praça Cívica são lembradas como más escolhas feitas pelo poder público. César chama de *"caixotão horroroso"* o prédio construído na década de 1960, no mandato de Iris Rezende, para funcionar a princípio como prefeitura. Em sua opinião, este prédio destoa completamente do restante das construções presentes na praça e por isso deveria ser excluído dali. Também certo desconforto se revela quando o assunto é o estacionamento situado na área interna da Praça Cívica. Em parte do relato de Kátia, por exemplo, o estacionamento aparece como uma espécie de entrave para a diversão nos tempos da infância: *"tinha caldo de cana, pipoca, a gente brincava, porque a praça não era estacionamento como é hoje, né"*. Também o Palácio Pedro Ludovico é lembrado como uma construção desconectada daquelas dos primeiros tempos. Osvaldo explica que *"o Centro Administrativo é antigo, mas ele é uma construção nova, a sede do governo era só o palácio. Eu me lembro muito bem, na minha época não existia o Centro Administrativo, não tinha não. Esta construção foi feita acho que depois de 1970"*.

Muito embora outras construções componham o conjunto arquitetônico e histórico da Praça Cívica, o Palácio das Esmeraldas, o coreto, as fontes luminosas e os obeliscos se destacam por estarem

fortemente presentes na memória afetiva de quem conviveu e de quem ainda convive com a praça. Também recebem destaque elementos que não datam das duas primeiras décadas da cidade e que passaram a marcar sua presença posteriormente, os quais dividiram e ainda dividem as opiniões, tais como o Monumento das Três Raças, o estacionamento e o prédio da prefeitura. E pode ser que justamente estes elementos acrescidos mais recentemente sejam os responsáveis por aquela sensação de preenchimento mencionada por Kátia: tudo parecia mais longe quando era criança! Para dar um exemplo, basta pensar que em seu tempo de menina não havia carros enchendo quase todo o interior da praça para entender que ela provavelmente parecia mais ampla e, portanto, mais adequada para as brincadeiras infantis, para os passeios familiares e para o simples deleite diário. Resultado: menos pessoas, mais carros. Mas não foi sempre assim.

Praça para se deixar ficar sob os *Ficus*

Para se deixar ficar, simplesmente. Este era um dos motivos que podiam resultar na ida dos moradores da cidade até a Praça Cívica. Numa época em que o cotidiano acelerado das capitais atuais não possuía qualquer sentido, deleitar-se sob as sombras das árvores, sentar-se sobre os bancos de concreto ou apenas caminhar pelos contornos da praça eram atividades corriqueiras entre os goianienses. É sobre um ambiente convidativo que nos conta Kaline ao lembrar que a praça “*era muito arborizada e tinha mais bancos daqueles de concreto*”. Isso se repete na lembrança de César, para quem “*a Praça Cívica era gostosa, era bonita. Aquelas árvores que eles cortam redondo, fica bonitinha, aquele Ficus, os bancos. Ficava cheio de gente!*”. Eleuza, por sua vez, conta que na praça “*tinha pé de goiaba, pé de manga*”. É interessante notar um elemento comum nas falas de Kaline, César e Eleuza: a marcante presença das árvores na paisagem.

Os *Ficus* da Praça Cívica eram muito procurados pelas crianças, principalmente por aquelas que apreciavam escaladas em seus troncos. Mas não era apenas com as árvores que brincavam. Por muito tempo a praça funcionou como um dos pontos de encontro preferidos, tanto das crianças, quanto das famílias que as acompanhavam, preferência que só começou a mudar com a inauguração do Parque Mutirama, em 1969. Quem se lembra bem dos tempos de divertimento na praça é Eleuza: “*Eu soltava muita raia, já soltei raia lá na Praça Cívica, jogava pião. Era muito bom lá, a gente brincava muito!*”. Já a Kátia se recorda de brincadeiras de correr (quem sabe pique-pega e bandeirinha?): “*era pra molecada brincar, correr, porque o espaço era grande*”. Quando tinha mais ou menos oito anos de idade, Eunice conta que seu divertimento era posar para fotos junto com sua tia nas escadarias do Monumento das Três Raças: “*Lá tem aquele monumento e tem as escadarias, que a gente sentava, subia lá pra tirar foto. E a gente ficava lá, conversando, tirando foto. Minha tia levava a gente*”. Eleuza conta sobre outras atrações:

De vez em quando ia um povo pra lá vestido de circo, mas eles não eram de circo. Eles eram aquele povo de rua, que apresenta na rua, sabe?! É aquele povo lá. Aí fazia umas graças, a gente quase morria de rir. Eu devia ter uns oito ou nove anos. A gente tinha que ir com papai e mamãe, não tinha esse negócio de ir com turma. De jeito nenhum! E outra coisa também, tinha muito palhaço nessa época, um povo que andava de corda bamba.

Enquanto as crianças se entretinham com estas e outras atividades, os jovens estavam envolvidos em um tipo diferente de divertimento: a paquera e o namoro! César rememora os tempos de sua juventude, quando ocorria na Praça Cívica o que ele chama de *trottoir*, palavra francesa que se refere à caminhada das prostitutas em busca de clientes, mas que no contexto brasileiro passou a denominar o movimento das moças e dos rapazes interessados em se entreolharem, paquerarem. Esta prática também era chamada de *footing*, *vai-e-vem* ou *fazer avenida* e ocorria na cidade de Goiânia desde os anos 1940, primeiramente na Praça Joaquim Lúcio, em Campinas, e depois na Avenida Anhanguera e na Avenida Goiás, sobretudo após a primeira sessão de cinema aos domingos (OLIVEIRA, 2002). Foi transferido para a Praça Cívica a partir da década de 1950, o que coincide com o momento em que a praça foi urbanizada, além de ter recebido as atrativas fontes luminosas. Nos anos 1960 essa prática deixou de ser um hábito coletivo e foi aos poucos perdendo suas características fundamentais (OLIVEIRA, 2002), mas ainda assim persiste na memória de “paqueradores” como César:

Os rapazes e moças faziam trottoir lá. Trottoir na língua francesa é aquelas mulheres que ficam na rua e os caras passam, né. Os rapazes e as moças ficavam indo pra lá e pra cá, chamava ‘fazer avenida’. Os rapazes ficavam assim dos lados, como se fosse uma avenida, os rapazes de lado, e as moças iam pra lá e pra cá. Só isso! E aí tinha os olhares... De vez em quando o cara ousava e: ‘na volta eu vou falar com ela’.

Muito embora a prática do *trottoir* tenha se perdido com o passar do tempo, a Praça Cívica continuou sendo palco para os enamorados da cidade. Em meio a risadas e saudosismo, Osvaldo se lembra das peripécias que ele e um dos seus amigos aprontavam para impressionar as namoradas. Eles iam de carro até a praça, estacionavam por ali, depois tomavam um ônibus para buscar as moças no bairro que elas moravam. Na companhia delas eles retornavam para a praça, entravam no carro e ficavam namorando ao som de uma fita de música. Tudo isso porque o combustível era muito caro, então eles abasteciam apenas o suficiente para chegar até a Praça Cívica! Depois do namoro, entravam no ônibus novamente e deixavam as moças em casa. Nas palavras dele, o importante era que “o carro ficava parado ali, no sonzinho, dando uns amassos e tal [risos]”. Eunice também conta como eram os namoros na praça em seu tempo de juventude: “até pra namorar o povo ia pra lá, pra encontrar. Naquela época só pegava na mão, e olha lá se pegava! Já estava grávida! [risos]. Era flertar, a melhor coisa era flertar, já acontecia tudo no flerte [risos]”.

Não eram somente as brincadeiras, as paqueras e os namoros que levavam crianças, adolescentes e famílias inteiras a frequentarem a Praça Cívica. Motivos relacionados ao cotidiano estudantil também contribuíram para que marcassem presença constante por ali. Delci se recorda do tempo em que estudava no Instituto de Educação de Goiás e caminhava até a Praça Cívica para tomar o *papa-fila*, nome dado a um tipo específico de ônibus que, de acordo com suas palavras, “*era enorme, era muito grande, era quase parecido com o eixo anhanguera*”. Delci explica como os estudantes procediam na hora de tomar o *papa-fila*: “*já tinha os pontos de parar, supondo, assim, tem um que possa na Nova Suíça, então todos os alunos reuniam lá. Aí a gente já ficava todo mundo, supondo, o horário dele passar era meio dia, então a gente ia mais cedo pra chegar lá e esperar, porque dava meio dia ele parava e entrava todo mundo*”. E ela se recorda muito bem qual era o trajeto até a escola: “*Ele descia a Araguaia, pegava a Três e ia embora!*”. No retorno após a aula era a mesma coisa: os estudantes desciam na praça e terminavam de chegar a suas casas a pé.

Encenados pelos estudantes das principais escolas da cidade, os desfiles cívicos eram responsáveis por encher a Praça Cívica de espectadores de todas as idades, os quais acompanhavam a escolha das escolas que desempenhavam os melhores desfiles. Eventos como este ocorriam sobretudo na ocasião do dia sete de setembro, data em que se comemora a independência do país. E era parte imprescindível destes desfiles a presença das bandas marciais, compostas por estudantes habilitados a tocarem instrumentos musicais de dois tipos principais: metais e percussão. Outro elemento importante das bandas era a chamada baliza, posto quase sempre ocupado por meninas, que tinha como responsabilidade demonstrar com danças e malabarismos o compasso marcado pelos instrumentos. Eleuza fala com orgulho de sua experiência como baliza no Colégio Liceu: “*eu fui baliza lá no Liceu e a gente se apresentava na Praça Cívica muitas vezes, eu como baliza e o povo tocando essas músicas de banda*”. Em tom de lamento, Kátia questiona o fim da importância coletiva dos desfiles e relembra o entusiasmo que tinha os estudantes:

E a gente desfilava, todo sete de setembro, não era igual agora, que é praticamente simbólico, né. Todos os colégios participavam mesmo, desfilavam, tinha as baterias, tinha aquelas meninas que fazem as balizas, chamavam de balizas, que fazem aquelas piroetas. Mas era, assim, uma disputa, de qual que era melhor. Eu, por exemplo, estudava no Instituto de Educação. Nossa, o IEG era gigante e todo mundo desfilava, todo mundo queria desfilar. A gente fazia questão de desfilar, achava o máximo. E era ali, na praça.

Também os escoteiros participavam com frequência de eventos como estes na Praça Cívica. Membro do Movimento Escoteiro desde sua infância, César se recorda de uma ocasião em que, aos doze anos de idade, participou de um desfile cívico que saiu da Avenida Goiás e culminou na praça, onde os escoteiros foram saudados pelo então governador Mauro Borges. Ele conta com orgulho: “*no sábado teve um desfile e nós saímos todos os escoteiros de uniforme, subimos a Goiás, cheia de gente.*

Multidões iam! E aí nós fomos até o meio da Praça Cívica, onde ficava o palanque. Os escoteiros ficaram tudo na frente e o governador fez uma saudação para os escoteiros". Em diversas oportunidades, atividades propriamente escoteiras foram realizadas na Praça Cívica, como, por exemplo, o *fogo de conselho*. Trata-se de uma atividade noturna em que os escoteiros se reúnem em torno de uma fogueira para contar histórias, encenar esquetes e dividir experiências, o que geralmente ocorre na última noite de acampamento. César explica que a fogueira era acesa sobre uma placa de metal para não estragar o calçamento de pedra da praça.

Na época do natal, as noites da Praça Cívica ficavam ainda mais iluminadas! Luzes natalinas de todas as cores se espalhavam por sobre os prédios e em torno das árvores do local, roubando das fontes luminosas o seu protagonismo. Era um programa muito apreciado pelas famílias ir até a praça ao entardecer para admirar as luzes, registrar fotografias e se encontrar com os amigos. Eunice conta que seu pai, apesar de estar quase sempre ausente por causa de seu trabalho, tinha um compromisso inadiável com os filhos: levá-los para o natal na praça. Uma das coisas que mais chamava sua atenção eram os presépios que ficavam por um tempo montados ali, o que compunha bem todo o cenário natalino, e lamenta que não se possa mais gastar energia com luzes de natal quanto se podia antigamente. Com suas palavras, ela rememora: *"tinha festa, mas era final de ano, né. Festa de natal. Nossa, e a gente achava muito lindo! Meu pai sempre no natal levava a gente na Praça Cívica pra ver o presépio. Eles faziam, enfeitavam as ruas tudo, a gente ia ver as ruas toda iluminada. Era caprichado e na cidade inteira, um bom passeio"*.

Habitado ao cotidiano das cidades interioranas por ser rio-verdense de nascimento, Sebastião resume desta maneira a capital dos anos 1940 e 1950: *"Goiânia era um interior, o movimento de Goiânia era igual de interior"*. Pode ser que ele estivesse se referindo inclusive ao modo como a Praça Cívica atuava como ponto de encontro para os moradores, um hábito muito comum nas cidades pequenas brasileiras ainda hoje: encontrar-se na praça antes de ir para outro local ou mesmo para somente ficar por ali. Kaline menciona que *"era lá que a gente encontrava com os amigos da minha mãe"*, o que remete a este *status* de *point* atribuído à Praça Cívica por muitos anos. Mas essa realidade mudou bastante, sobretudo após os anos 1970, com o acelerado crescimento populacional, com o aumento dos índices de violência e mesmo com a precarização das instalações que antes eram responsáveis por atrair as pessoas até a praça. Diante disso, os seus assíduos frequentadores mudaram suas rotas e, pouco a pouco, a Praça Cívica deixou de ser um local *para se deixar ficar sob os Fícus*; até porque grande parte deles acabou por desaparecer com o passar do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um local constantemente procurado para as brincadeiras infantis, para os namoros da juventude e para o bate papo dos pais, a Praça Cívica se transformou em um local majoritariamente frequentado por transeuntes apressados, seja para tomarem o ônibus em seu ponto, para se apresentarem em seu trabalho ou para resolverem algum problema nas instâncias públicas. Deixou de ser um local de estadia para se tornar um local de passagem. Esta realidade é rompida somente em casos excepcionais, como em manifestações políticas, eventos promovidos pelo governo ou por outras entidades. Certo movimento de pessoas pode ser percebido nas proximidades do Cine Cultura ou da Biblioteca Estadual, mas ainda assim muito pequeno se comparado ao que ocorria até os anos 1980, sobretudo aos fins de semana (FERNANDES, 2011). Nesse processo, outros pontos da cidade passaram a ser adotados pelos moradores interessados em lazer, principalmente os shoppings, os parques e, mais recentemente, o Centro Cultural Oscar Niemeyer. Em seu mestrado, a pesquisadora Ludmila Dias Fernandes realizou pesquisa participante na Praça Cívica, e relatou as seguintes impressões:

A pesquisa de campo na Praça Cívica foi feita por duas pessoas, a pé, durante uma semana. As contagens de usuários foram feitas em dois dias, 07 e 08 de fevereiro. Ponto estratégico do trânsito na área central, a praça sofre com o grande tráfego. Seu espaço central, outrora de uso da coletividade, funciona como estacionamento todos os dias da semana. Nos dias de semana, a praça é frequentada por quem trabalha perto e algumas pessoas que estão de passagem. Nos fins de semana recebe alguns visitantes e turistas, mas fica praticamente vazia se comparada aos dias de semana (...). O fluxo de pessoas na Praça Cívica durante o dia, no meio de semana, é intenso, e a permanência de usuários também é considerável – adultos e adolescentes, em sua maioria estudantes e funcionários do entorno, sentam-se principalmente nos bancos à sombra, em frente ao Centro Cultural Marieta Telles, para ler, conversar, descansar. O pico do fluxo é nos horários de almoço e de saída do trabalho. À noite, ao contrário, quase não há pessoas passando ou que permaneçam no local. Essa queda de quantidade de usuários no espaço se deve principalmente aos usos do entorno, que são prioritariamente serviços e comércio, e à falta de segurança do lugar. Segundo o segurança do Museu Zoroastro Artiaga, há alta incidência de usuários de drogas e moradores de rua na praça, e a ronda na viatura da Polícia Militar é feita apenas de hora em hora, ao invés de ser contínua. Mesmo assim, vimos algumas pessoas atravessando a praça, sentadas em bancos ou na lanchonete até as 21h (horário em que o cinema e uma das lanchonetes ainda estavam abertos). Podemos dizer que a partir desse horário ela vai ficando deserta. À noite, os transeuntes são predominantemente estudantes, pessoas voltando do trabalho e pessoas que fazem caminhada, indo ou voltando do Parque dos Buritis, que fica a um quarteirão da praça. Nos fins de semana, o fluxo de pessoas é bastante reduzido, mas os usuários são mais diversificados – encontramos muitos turistas, alguns grupos de adolescentes passando pela praça, ciclistas, casais em bancos, adultos fotografando, e poucos idosos e crianças. Vimos algumas crianças acompanhadas dos pais, que foram conhecer a praça, e um casal de crianças levado pelos avós para andar de moto elétrica no espaço central – o curioso é que os avós disseram que os netos, de 6 e 4 anos, pediram para irem a um lugar diferente pois estavam cansados das praças perto da casa deles, e só por isso foram à Praça Cívica. A presença de usuários nos fins de semana é rarefeita, percebemos então a verdadeira dimensão do vazio central (que não está ocupado por carros) e a sensação é de que a praça está deserta (...). Entre as não conformidades encontradas na praça, as mais proeminentes são a falta de manutenção e limpeza e a utilização da área central como estacionamento. Durante os dias de semana, no horário comercial, a praça é um ‘mar de carros’, o que deteriora mais ainda a paisagem e dificulta a apreensão do espaço, bem como a utilização pelo pedestre (...) (FERNANDES, 2011, p. 130-138).

Para perceber as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, basta comparar o relato da pesquisadora, que escreveu em 2011, com o relato daqueles que experienciaram a praça dos anos 1940 em diante. É perceptível naquelas narrativas um quê de acalento, de proximidade e de afeto... Um dos motivos que levaram às mudanças, conforme se chamou atenção acima, foi a ausência de manutenção, o que é ainda mais preocupante em se tratando de uma praça abarrotada de bens tombados. Portanto, entende-se que o processo de requalificação pode ter contribuído para uma reaproximação entre a praça e os moradores da cidade, uma espécie de conciliação. Pelo menos parece ser a expectativa da Kátia, que em muitas oportunidades criticou o uso do interior da praça como estacionamento; do César, que se sente incomodado com um dos prédios acrescidos àquele espaço; da Kaline, que lamenta as poucas árvores que restaram na praça; da Ilvia, que adorava brincar com sua irmã perto das fontes luminosas; do Osvaldo, que conta com saudosismo dos tempos em que no coreto ocorriam apresentações musicais...

Diante disso, o encerramento do presente texto só poderia acontecer acompanhado de outros questionamentos de pesquisa possíveis, que ficam colocados para uma próxima oportunidade: Depois de concluído o processo de requalificação, experiências semelhantes àquelas do passado passaram a ser vivenciadas pelas pessoas na Praça Cívica? Nasceram novas maneiras de os moradores da cidade se relacionarem com essa praça? Quais as perspectivas dos goianienses a respeito do resultado das obras que foram ali empreendidas?

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO JÚNIOR, Edson Domingos de. A restauração católica em Goiás no advento da nova capital (1932-1942). Anais do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, UFG, Goiânia, 2009.

CARVALHO, Gisélia Lima (et. al.). O impacto da feira hippie no setor turístico-hoteleiro de Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, n. 3, jul./dez., 2007.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora UFG, 2001.

FERNANDES, Ludmila Dias. *As praças cívicas das novas capitais brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, 2011.

GODOY, Patrícia Bueno. *O altar monumento do Primeiro Congresso Eucarístico de Goiânia-1948*. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, UFG, Goiânia, pp. 226-239, 2013.

LIMA, A. C. Goiânia: a nova capital de Goiás. In: *Arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Quitanda 21, 1937.

MELLO, Maria Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

MENDONÇA, Daniel de. *A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira*. Revista Ciências Sociais Unisinos, 43 (3), pp. 249-258, set./dez. de 2007.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso. *História Cultural de Goiânia*. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Maria José. *A ordem era bombardear a Praça Cívica*. Jornal O Popular, Goiânia, 10 de out. de 2014.

ULHOA, Clarissa Adjuto. *Essa terra aqui é de oxum, xangô e Oxossi: um estudo sobre o candomblé na cidade de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2011.

VICENTE, Keides B. *Construções identitárias e imagens do movimento estudantil goiano na década de 1960*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, jul. de 2011.

VITOR, Frederico. *Planta urbanística de Goiânia pode conter símbolo maçom*. Jornal Opção, Goiânia, edição 2031, 03 de ago. de 2015.

Recebido em: 30 de Maio de 2020

Aceito em: 23 de Junho de 2020

¹Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Curso de História da Universidade Federal de Jataí. E-mail: clarissau@gmail.com

²Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Docente do Curso de Arqueologia da PUC-GO. Diretora da Vestígio Arqueologia e Meio Ambiente. E-mail: crisloriza@gmail.com

³Mestre em História pela PUC-GO. Diretora da Vestígio Arqueologia e Meio Ambiente. E-mail: fernandavestigio@gmail.com